

AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS DA REPÚBLICA AO FIM DA DITADURA¹

*Margarida Louro Felgueiras**

RESUMO

Os professores primários portugueses constituíram na década de 1920 um movimento organizado e activo na defesa da educação popular. Eram já um grupo com forte poder reivindicativo, organizado em torno a União do Professorado Primário Oficial Português (UPPOP). Publicava uma revista – O Professor Primário – e realizavam congressos com regularidade. Fundaram um Monte Pio e o Instituto do Professorado Primário Oficial Português (IPPOP). Com a Ditadura, desmantelado o movimento sindical, o grupo profissional vai aparecer como o mais submisso e conformista. Pretendemos compreender esta passagem de um associativismo actuante a um conformismo silencioso e um pensamento e práticas arcaicas. Para isso analisámos os processos e candidatura de filhas e filhos e professores primários ao IPPOP entre 1915-1985. Identificámos o número de famílias de professores que esses processos representavam. Procurámos caracterizar essas famílias tendo em conta vários aspectos dos quais apresentaremos apenas dados relativos a: origem geográfica dos professores/as, profissão o cônjuge do professor/a, número de filhos, estado civil e condições socioeconómicas. Este trabalho constitui em Portugal uma primeira abordagem às condições de vida do professorado primário rural. Logrou evidenciar especificidades face a outros países e que explicam a passividade demonstrada até ao final da Ditadura.

Palavras-chave: História social do professorado primário. Professorado primário rural. Instituto do professorado primário.

* Doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, Porto, Portugal. Professora Associada da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto, Portugal. E-mail: margafel@fpce.up.pt.

¹ Este artigo tem por base alguns aspectos desenvolvidos num dos capítulos da obra Para Uma História Social do Professorado Primário em Portugal. Uma Nova Família: o Instituto do Professorado Primário Oficial Português. Porto, Campo das Letras, 2008.

ABSTRACT

Portuguese primary school teachers constituted in the 1920s an organized, active movement in the defence of popular education. They were already a group with strong claiming power, organized around the Union of Official Portuguese Primary School Teachers (UPPOP). They published a magazine – The Schoolteacher – and held conferences regularly. They founded Monte Pio, a mutuality and an Institute of the Portuguese Official Primary School Teachers (IPPOP). The Dictatorship dismantled the union movement and this professional group will appear as the most submissive and conformist. We intend to understand this passage from active associativism into a quiet conformism and archaic thought and practices. For this we analyzed the processes and application of daughters and sons and schoolteachers to IPPOP between 1915-1985. We identified the number of families of teachers whom these processes represented. We identified the number of families of teachers who represent these processes. We sought to characterize these families taking into account various aspects but here we only present data for: geographical origin of teachers / the profession, the spouse of the teacher, number of children, marital status, and socioeconomic conditions. This work is a first approach to the living conditions of rural primary teachers in Portugal. It highlights specificities compared to other countries and explains the passivity shown by the end of the dictatorship.

Keywords: Social history of primary teachers. Primary teachers. Rural primary teachers. Institute of primary school teachers.

1. Introdução

A realidade portuguesa, com o seu alto nível de analfabetismo, de pobreza endêmica e de emigração, determinou especificidades ao exercício docente em Portugal. A interrogação que nos surge, de imediato, é perceber como as condicionantes económico-sociais, ideológicas e políticas limitaram a acção dos professores primários nos primeiros três quartos do século XX. Como compreender a passagem a um conformismo silencioso e colaborante deste grupo profissional, após a liderança que tiveram no movimento associativo e sindical docente do início do século XX? Que condições de vida, pressões sociais, formação e visões do mundo foram

accionadas para desenvolver tais comportamentos e os configuraram dentro dos estreitos limites de modos de vida e pensamento arcaicos? Poderemos perguntar até que ponto o professor/a primário/a foi o representante no meio rural da cultura letrada, sendo um elemento de transformação social, ou se deixou penetrar pela cultura rural, adaptando-se e adoptando os seus valores? Exemplo de uma pequena ascensão social, mais devida ao prestígio da função do que das suas condições económicas, apareceria a instrução que espalhavam às populações, como a possibilidade de saída do meio rural?

Para resposta a estas e outras questões partimos da análise dos processos de candidatura de filhos e filhas de professores/as ao Instituto do Professorado Primário, instituição criada por Amália Luazes em 1915 e ampliada pela acção da União do Professorado Primário Oficial Português, para prover à educação dos seus descendentes. Identificámos o número de famílias² que esses processos representavam e procurámos caracterizá-las de forma a verificar a homogeneidade ou a existência de diferenciações socioculturais e regionais entre os professores/as. Inquirimos a distribuição geográfica e temporal das famílias de professor/a, que procuraram internar os seus filhos e filhas no Instituto e a estratificação social do próprio professorado em análise: se constituíam um grupo social mais homogéneo que a sua base de recrutamento ou se configuravam grupos diferentes. Para a caracterização social destes professores foram considerados vários aspectos³, mas determo-nos apenas na origem geográfica destas famílias,

² Por família considera-se a família nuclear (o casal e descendência). Em alguns casos trata-se de uma família alargada, com ascendentes e colaterais numa situação de dependência económica, residindo ou não no mesmo lar. No contexto deste trabalho considera-se “família de professor” aquela em que um dos cônjuges é professor primário ou quando há irmãos, tios ou avós, que sendo professores são também responsáveis pela educação da criança. É nessa qualidade que requerem a candidatura ao Instituto. Cf. Thines, G., Lempereure, Agnès (Dir.) Dicionário Geral das Ciências Humanas, Lisboa, Edições 70, 1984, sub voce “Família”. Para uma discussão das principais teses sobre mudança social e formas de família ver Pereira, Gaspar, Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910), Porto, Ed. Afrontamento, 1995, p. 13-38, onde apresenta a família como elemento activo no processo de mudança social.

³ Para uma informação mais pormenorizada sobre esta temática ver Felgueiras, Margarida Louro, Para uma história social do Professorado Primário em Portugal no século XX. Uma nova família: o Instituto do Professorado Primário Oficial Português. Porto, Campo das Letras, 2008.

na profissão do cônjuge do professor/a, número de filhos, estado civil, atestados de pobreza. A categoria a que candidatavam os filhos e filhas foi tida em conta, uma vez que representam três níveis de rendimento económico, aferidos pela instituição, que determinava três categorias de mensalidades. Essas categorias identificam dois grupos – porcionistas e pensionistas – que representam ou correlacionam-se com dois grupos de professores/as, socialmente considerados. A categoria de semi-porcionistas, como categoria intermédia, transfere frequentemente elementos para as outras duas e não parece representar um grupo socioeconómico com homogeneidade no seio das famílias de professores analisadas.

Tendo o Instituto por finalidade o apoio aos filhos órfãos dos professores ou que vivessem em meios afastados dos centros de instrução seria de esperar que as zonas mais interiores do país apresentassem um maior número de famílias a candidatarem-se ao Instituto, em diferentes períodos. Contudo, sendo a paisagem portuguesa essencialmente rural, com uma rede escolar e viária muito deficitária, mesmo zonas geograficamente próximas dos grandes centros estavam isoladas, pelo que as dificuldades de acesso à instrução eram muito semelhantes na generalidade do país.

Ao longo dos três primeiros quartéis do século XX, o estatuto socioeconómico, o exercício da profissão docente, a formação e o recrutamento dos professores/as sofreram grandes transformações. Tal como noutros países europeus, esperávamos encontrar uma taxa elevada de casamento entre professores e professoras (entre um terço a um quarto do total dos membros do grupo) e essa consciência de fazerem a ponte entre culturas letradas e culturas de analfabetismo. Mas em Portugal, foi dada preferência no provimento de lugares de professores aos concorrentes que provassem ser naturais das povoações com lugar a concurso e à aproximação de cônjuges, fossem professores ou funcionários públicos⁴. A criação do Quadro de Professores Auxiliares⁵, onde todos os docentes têm de ingressar antes da efectivação, vai ter em conta as condições de família: proximidade da residência e número de filhos menores. Considerando a

⁴ Cf. Decreto n. 6.137, de 29 Nov. 1919, art. 73, 1º e § único.

⁵ O quadro de professores auxiliares que veio substituir o quadro de professores provisórios, foi mais tarde designado por quadro de professores agregados.

legislação de colocação dos professores e as alterações que se operaram no ensino primário⁶, principalmente a partir da década de trinta, poderemos falar de desenraizamento dos professores primários face às populações? Não se terá dado, pelo contrário, uma ruralização do professorado, extirpando-lhe a crença no poder da cultura letrada na transformação social?

Na tentativa de responder a algumas destas interrogações começaremos por analisar a origem geográfica das famílias de professoras(es) que requereram a entrada dos filhos e filhas nas Secções do Instituto do Professorado Primário.

2. Origem geográfica das famílias de professoras(es) requerentes

O Instituto do Professorado Primário era uma instituição de âmbito nacional, a que o professorado do Continente e das ilhas da Madeira e Açores podiam requerer, mas excluía os professores das colónias, pois não lhes era descontada a quota directamente no vencimento. Estes só poderiam usufruir dos benefícios do Instituto se tivessem descontado por livre iniciativa, o que foi raro. Estava organizado em Secção Masculina, a funcionar em Lisboa e que recebia rapazes de todo o país, e em duas Secções Femininas, a funcionar em Lisboa e Porto, com áreas de intervenção delimitadas legalmente: a Norte e a Sul do Mondego, pertencendo os concelhos de Almeida e Guarda ao Sul assim como as ilhas adjacentes⁷. Encontramos por isso professores/as a requerer simultaneamente a admissão de filhas para uma das Secções Femininas e de filhos para a Secção Masculina. Determinámos 4174 famílias em que existia, necessariamente, pelo menos um familiar professor primário (pais, avós, irmãos ou tios)⁸.

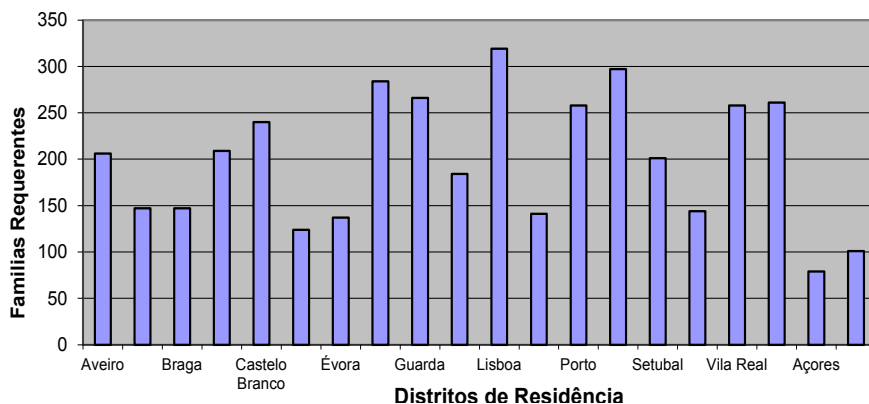
⁶ Cf. Decreto n. 19.531, de 30 de março de 1931, art. 9. Aparece como quinto motivo de preferência, no provimento de lugares, o concorrente demonstrar ser natural da freguesia a que pertence o lugar a concurso, excepto se for nas cidades de Lisboa e Porto. Cf. também Adão, Áurea, O Estatuto Sócio-Profissional do Profesor Primário em Portugal (1901-1951). Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência / Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 165.

⁷ Cf. Decreto 17.582, art. 2, § de 31 de Out. 1929 O distrito da Guarda acabou por fornecer alunas a uma e outra Secção.

⁸ De facto apenas em 3.656 famílias um dos progenitores é professor, a que se somam 518 em que é um outro familiar (irmão, tios, avós) que, sendo docente, se encarrega do sustento e educação da/o menor.

A distribuição geográfica por distritos é apresentada no gráfico que se segue:

Gráfico 1: Distribuição das Famílias de professores requerentes por Distrito de Residência



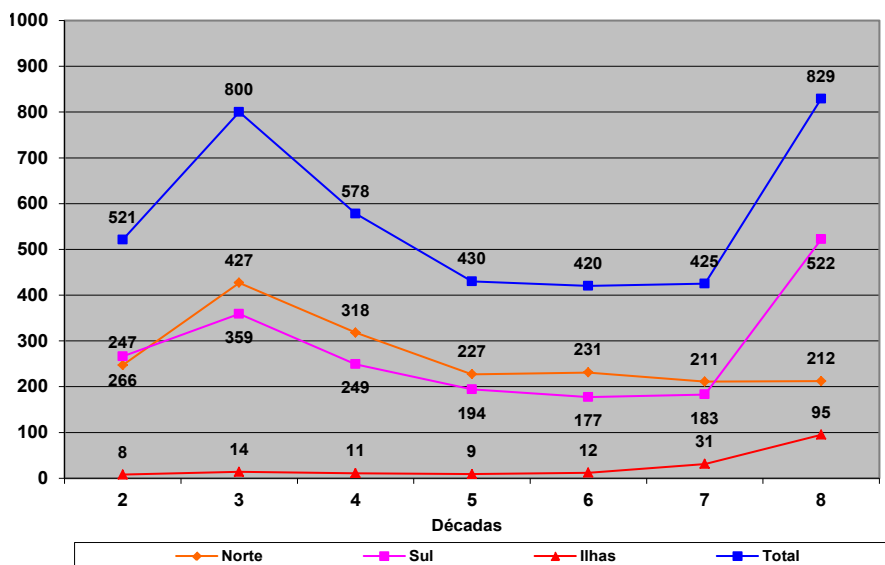
Fonte: A autora.

Verifica-se que os distritos que apresentam maior número de famílias a candidatar filhos e filhas ao Instituto são Lisboa, com mais de 300 requerentes (8%), Santarém, Faro, Guarda, Porto, Viseu e Vila Real com valores acima das 250 famílias, representando cada um 6,4 a 7,4% do total. Os Açores e a Madeira, logo seguidos de Coimbra e Viana do Castelo, foram as regiões que menos recorreram aos benefícios do internato. O total das ilhas dos Açores, com menos de 100 requerentes, representou apenas 1,8% e a Madeira, Coimbra e Viana do Castelo, com valores abaixo dos 150, oscilaram entre os 2,5 e os 3,6% cada. Estes dados indicam uma distribuição global das famílias muito diferenciada, entre os diversos distritos, ao longo dos cerca de setenta e quatro anos em que a instituição existiu, o que não significa que o movimento da procura tenha mostrado uma tendência constante em cada distrito. Alterações de vários factores devem ter interferido na necessidade e possibilidade de os professores recorrerem ao Instituto, ao longo desse tempo.

Agrupámos os distritos por regiões: Norte, Sul e Ilhas (Gráfico 2) e depois por interior, litoral e Ilhas (Gráfico 3).⁹

Globalmente, os distritos do Norte apresentam maior número de candidatos que os do Sul até meados da década de 70, altura em que o Sul ultrapassa o Norte. O movimento de procura ascendente é acompanhado pelas Ilhas, cuja subida se nota já nos anos 60, ocupando a Madeira um lugar de destaque no conjunto insular. Quer o Norte quer o Sul apresentam um pico de procura nos anos 30, descendo a partir de 40 até 50 e mantendo-se nesse nível até 70, altura em que o sentido das curvas se inverte atingindo o Sul e as Ilhas o máximo na década de 80. Em percentagem, as curvas descritas pela procura a Norte e a Sul são simétricas até 70, divergem de sentido nessa altura, acompanhando as Ilhas o movimento ascendente final do Sul.

Gráfico 2: Número de famílias requerentes, por zonas (norte, sul e ilhas) e décadas



Fonte: A autora.

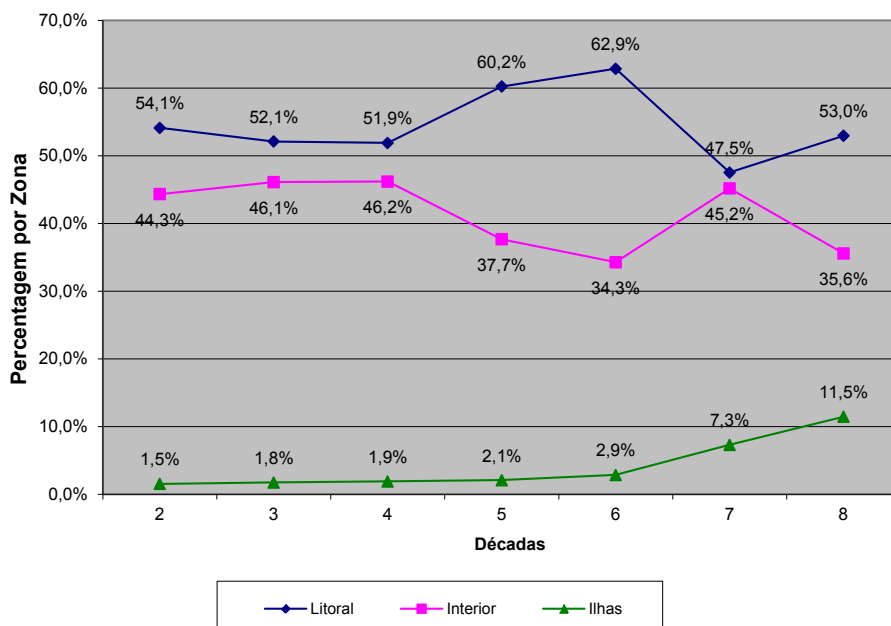
⁹ A aglutinação dos distritos por zonas Norte/Sul seguiu a divisória que a legislação impunha para a candidatura. Apenas desagregámos as Ilhas da região Sul e constituímos uma zona. Por litoral considerámos todos os distritos costeiros, incluindo Santarém (Ocidente e Sul) e interior os restantes.

Agregámos ainda os distritos por zona interior, litoral e ilhas (Gráfico n.º 3) e verificámos que apresentam uma evolução em linhas simétricas, desenvolvendo-se o litoral entre os limites de 50 a 70% e o interior entre os 50 e 30%. As linhas mantêm-se próximas e paralelas até à década de 40 divergindo de seguida em sentido inverso, voltando a convergir em década de 70 e divergindo de novo. As Ilhas só acompanham o movimento de subida do litoral nas décadas finais.

Na busca de uma explicação para o comportamento diferenciado dos professores/as nos diversos distritos consultámos as estatísticas da Educação e apesar dos dados lacunares que apresentam, agrupados segundo critérios não coerentes ao longo do tempo, verificámos existir um movimento global ascendente do número de professores primários em todos os distritos, apenas com uma quebra em alguns anos da década de 40, na maioria dos distritos¹⁰. A partir desses dados não parece poder explicar-se a descida da procura do Instituto pela relação directa com o número de professores por distrito, uma vez que a tendência global foi inversa e a descida verificada na década de 40 não poderia originar uma quebra imediata na procura. Esta baixa de efectivos docentes só se poderia traduzir na redução da procura na década seguinte, altura em que para alguns desses distritos se inverteu o sentido da curva, como no caso de Viana do Castelo.

¹⁰ Cf. Anuário Estatístico de Portugal publicado em 1923 e entre 1925 e 1969 e as Estatísticas da Educação publicadas em 1923, 1925 e entre 1944 e 1989. Salientamos a alteração repetida de critérios e o que ela pode significar de manipulação dos dados. Adão, A., op. cit., p. 155, confirma uma subida do número de professores de 2% ano, em média, até 1950. Ver para mais pormenor Felgueiras, Margarida Louro, op. cit., 2008, CD com Anexos.

Gráfico 3: Percentagem de famílias requerentes por zonas (Litoral, Interior e Ilhas) e décadas



Fonte: A autora.

Porém, estes dados têm de ser olhados com precaução, uma vez que a alteração de critérios não permite uma leitura uniforme da realidade. Na verdade, não existem dados sobre o número de professores por distrito, relativamente à década de 30, uma vez que aparece apenas o número de lugares de professor. Não sabemos se esses lugares estavam preenchidos por professores ou regentes ou que nível de acumulação existia. Comparando as médias do número de professores entre 1925-1929 com as médias da década de 30 a subida é notória, mas não se pode excluir a hipótese de estes números representarem apenas uma manipulação, para efeitos de propaganda do regime¹¹. Quando o número de docentes aparece

¹¹ Também em 1958 se verifica uma subida acentuadíssima do número de docentes, que resulta de aparecerem agrupados o número de regentes escolares com o de professores. Com efeito os investigadores experimentam dificuldades várias na análise dos dados estatísticos oficiais do período da Ditadura devido à inconstância de critérios.

na Estatística da Educação, em 1940-41, verifica-se um abaixamento do número de docentes em todos os distritos, face aos números anteriores, e muito próximos dos dados de 1929. Perante esta verificação parece-nos plausível ser de admitir uma certa estagnação do número de docentes na década de 1930, mais do que a sua subida. Este facto deve ter-se repercutido nas décadas de 40 e 50, o que pode ajudar a explicar níveis baixos de procura, mas não a sua oscilação abrupta. Questões sociais como a emigração ou a descida demográfica só terão feito sentir os seus efeitos na década de 60, altura em que se nota uma desaceleração do aumento do número de professores em distritos do interior como Beja, Évora, Guarda, Castelo Branco e Portalegre. Perante estes dados, equacionámos como hipóteses explicativas: o aumento da oferta de educação secundária, liceal e técnica, com a criação de estabelecimentos de ensino particular ou oficial; a diminuição da oferta por parte do Instituto, com efeito dissuasor junto da procura.

Relativamente à relação com o número de escolas secundárias, as estatísticas¹² evidenciam a estagnação do sector público do ensino secundário. Esta estagnação é confirmada comparando a frequência escolar entre ensino oficial e particular¹³. Somente no final dos anos 30 se verifica um aumento do número de liceus em Lisboa e Porto, enquanto o ensino técnico terá de esperar pelos anos 50 e 60 para sofrer algum incremento oficial¹⁴. Contudo, dois factos se evidenciaram: o maior número de oferta de educação nos Açores face à Madeira. Os Açores possuíam três liceus e duas escolas técnicas, passando estas a cinco nos começos de 50, enquanto a Madeira com um liceu e uma escola técnica, contava duas escolas técnicas também nos anos 50. Esta maior possibilidade de fazer o curso liceal pode explicar a baixa procura do Instituto pelo professorado

¹² Felgueiras, Margarida Louro, op. cit., Anexos, CDRom. Anexo 1. Quadro n. 4, Número de estabelecimentos de ensino secundário (Continente e Ilhas) entre 1929 e 1980 e Quadro n. 4A. Número médio de escolas secundárias, por Distrito e por década Estes quadros foram elaborados com base nos dados recolhidos dos Anuários e das Estatísticas da Educação.

¹³ Cf. Nóvoa, A. “A “Educação Nacional”, in Rosas, Fernando (coord.), Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Lisboa, Editorial Presença, p. 461-464 e p. 490-493.

¹⁴ Correia, J. A. Sociologia da Educação Tecnológica. Transformações do Trabalho e da Formação, Lisboa, Universidade Aberta, 1996.

açoriano face à Madeira. O outro dado novo é o surgimento de um número muito significativo de colégios particulares a leccionar o ensino liceal e também alguns de carácter técnico e profissional. Até 1940 as estatísticas não referem os estabelecimentos de ensino particular; somente alunos do ensino particular e doméstico que se apresentam a exame. Desconhecemos se a legislação obrigou ao registo da actividade privada de ensino a partir de 1940 ou se há apenas uma alteração de critério estatístico. Fontes oficiais de 1933 informam que no ensino particular “a grande maioria dos estabelecimentos de ensino funcionava sem autorização legal, por não possuir instalações e serviços que pudessem suportar qualquer prévia inspecção”¹⁵. Em 1942 a estatística oficial indica dezenas de colégios por todo o país, como foi o caso de Aveiro em que aparecem 15, Viseu com 12 e Santarém com 13, Braga com 17, Porto com 43 e Lisboa com 74. Pensamos ser este um dado importante para a explicação da quebra da procura do Instituto, pois seria mais fácil e afectivamente mais compensador para as famílias ter os filhos e filhas perto de si, sem as despesas de enxoval e as dificuldades das viagens para Lisboa e Porto. Ora é precisamente na década de 40 que se dá a grande explosão de colégios e desce a procura do Instituto, tanto no litoral como no interior, no Norte como no Sul. É o caso de Aveiro, que desce para metade, mas também de Braga, Viseu ou Santarém, apesar de, nestes últimos distritos, se verificar em percentagem, uma menor descida da procura.

Relativamente à baixa na capacidade de oferta por parte do Instituto, uma vez preenchidas as vagas iniciais, e o efeito que poderá ter induzido na procura, a análise permite-nos afirmar que a procura foi simétrica da oferta, acompanhando as suas subidas e descidas. A oferta estava condicionada às vagas que ocorressem e elas vão diminuir significativamente entre as décadas de 40 a 70, apesar das medidas restritivas quanto ao prosseguimento de estudos e às exigências de sucesso e excelência escolar. Até ao final dos anos 60 só excepcionalmente foi autorizada a permanência a quem pretendesse seguir o ensino universitário¹⁶, para o que era exigida uma

¹⁵ “Relatório da Inspecção-Geral do Ensino Particular”, Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública, ano IV, fasc. I, 1933, p. 160-161, apud Nóvoa, A., op. cit., p. 462.

¹⁶ Cf. Decreto 18.128, de 25 mar. 1930, art. 45, 2.º §, que determinava que a frequência de

média final do liceu de 16 valores e classificações não inferiores a 12 valores na universidade; quem reprovasse dois anos seguidos ou três interpolados teria obrigatoriamente de sair. Os anos incompletos contavam como reprovações, como por exemplo só ter acabado uma secção do 5º ano do liceu, ter disciplinas em atraso no 6º e 7º anos, nos cursos técnicos ou na universidade. Estas medidas não foram acompanhadas por uma actualização ou ampliação das instalações depois de 1930/32, pelo que a possibilidade de expansão era nula e a oferta reduzida, apresentando as curvas grande simetria, o que parece significar algum efeito dissuasor junto dos potenciais interessados.

Seleccionámos os distritos de Viana do Castelo, Leiria, Viseu e Faro, Bragança e Beja e ainda Porto e Madeira¹⁷, para observar as candidaturas ao nível dos distritos. Tornou-se saliente que os concelhos que forneceram mais requerentes foram os concelhos sede de distrito, sejam eles Bragança, Funchal ou Viana do Castelo. Relativamente a outros concelhos os números são maiores nos mais desenvolvidos, onde existia mais comércio e melhores acessos¹⁸. O distrito de Bragança parece paradigmático. Verificamos que os concelhos que mais procuram o Instituto nos anos 30 são Macedo de Cavaleiros, Carrazeda de Ansiães e Bragança. Já nas décadas de 70 e 80 encontramos Mirandela, Vinhais e Bragança. Observando a localização geográfica destes concelhos, verificamos que, apesar de distantes, não eram os mais isolados, pois eram servidos por estradas principais, que os ligavam quer a Bragança quer a Chaves ou Vila Real. Só Carrazeda de Ansiães parece mais isolada mas encontra-se próximo do Pinhão, servido pela via férrea - linha do Douro. Para o distrito de Bragança em 1942 estão registados 4 estabelecimentos de ensino liceal privado; em 1949 as estatísticas assinalam 5 escolas de ensino liceal e 2 técnicas igualmente privadas; em 1962 indicam 14 liceais e 3 técnicas também particulares, contra apenas 1 liceu e 12 escolas técnicas oficiais em 1960. A descida na procura do Instituto, neste distrito, começa a sentir-

cursos superiores era destinada apenas a pessoas com aptidões invulgares.

¹⁷ A escolha recobre distritos de povoamento disperso e concentrado, Norte e Sul, interior, litoral e Ilhas.

¹⁸ Cf. Felgueiras, Margarida Louro, op. cit., Anexos, CD-Rom .Anexo 1, Quadro n. 6,

se na década de 40 mas é entre 50 a 70 que ela é mais acentuada, com o ponto mais baixo nos anos 60. Na Madeira é o concelho do Funchal que representa a quase totalidade da procura.

Poderemos concluir que as oscilações da procura do Instituto não se compreendem pelo recurso a um único factor mas à interligação de vários, que vão adquirindo configurações diversas ao longo do tempo. Parece-nos que o isolamento provocado pela dificuldade de transportes e de vias de comunicação pode ter sido um factor de desinteresse, uma vez que se observa que é muitas vezes nos concelhos com mais acessibilidades que se encontram mais candidatos/as – por exemplo as sedes de distrito. Não será de excluir que nesses concelhos, também com maior desenvolvimento económico, houvesse mais informação e logo maior incentivo a prosseguir estudos e a concorrer. Contudo, para algumas décadas podem-se encontrar motivos ligados à oferta de rede escolar e à procura de educação de nível superior. No período final, por exemplo, a população estudantil modificou-se totalmente, sendo o Instituto procurado essencialmente para a frequência de algumas áreas do curso secundário e para cursos universitários. A criação de novas universidades no final da década de 70 e dos politécnicos na de 80 terão contribuído para o decréscimo da procura em alguns distritos do Norte, como Braga, Vila Real, Bragança, Aveiro, Guarda e Coimbra. A Universidade do Algarve e mesmo a de Évora não parecem ter dado resposta suficiente às necessidades das regiões em que estão implantadas e os distritos do Sul apresentam uma maior procura do Instituto no período final da sua vigência. Verifica-se, ainda, que nos distritos de Faro e Setúbal se acentuou, na década de oitenta, a procura por parte de famílias que estiveram em África.

Este olhar pela distribuição geográfica das famílias de professores que candidataram as filhas ou filhos ao Instituto não nos esclarece apenas sobre a proveniência das famílias e se a instituição seguiu os propósitos que presidiram à sua criação. Tendo em conta que o local onde são vividos os primeiros anos da infância condiciona o itinerário biográfico, marcando-o com formas de conduta e valores próprios do lugar, conhecer a origem geográfica das/os candidatas/os informa-nos e ajuda à interpretação dos comportamentos familiares. Procuramos, nesta esteira, ao caracterizar as famílias de professores, verificar se há uma relação expressiva entre a

distribuição geográfica dos requerentes e determinados comportamentos sociais como o número de filhos por casal, a situação económica do agregado familiar e as habilitações dos filhos e filhas à data da primeira candidatura. Analisaremos aqui apenas as duas primeiras situações¹⁹.

3. Tipo de agregado familiar

Procurámos restabelecer o quadro familiar da/o candidata/o como unidade de laços de parentesco, afectivos e de responsabilidade de sustento. Os elementos recolhidos através de múltiplos documentos, informam sobre o número de filhos e o estado civil dos progenitores. Por vezes aparecem referências a familiares a cargo, residindo no mesmo lar e indicando situações de uma estrutura familiar alargada.

Prestámos atenção à diferença de idades entre cônjuges sempre que os documentos a referiam (certidões de nascimento e registo de óbito) e registámos 290 ocorrências. Mas estes dados, já de si muito escassos e condicionados²⁰ só podem ser considerados como indícios das idades de casamento, uma vez que falham as referências a casais com diferenças de idade menor ou igual a cinco anos. As ocorrências que registámos concentram-se nas décadas de 20 e 30, novamente na de 80 e são raras nos restantes períodos. Mesmo de baixo valor descritivo, estes dados apresentam as mulheres a casar com homens mais velhos e com diferenças de idade que vão de cinco a dez anos (47,6%), entre dez e quinze (26,2%), aparecendo casos até vinte e cinco anos (13,5%). Algumas vezes os documentos deixam entrever um desfazamento de idades, sem contudo ser possível quantificá-las.

Apenas encontrámos trinta e dois registos (11%) em que as esposas eram mais velhas que os maridos. A diferença de idade situava-se nestes casos até quinze anos. Depois da década de 50 não apareceram registos de esposas mais velhas e o maior número de ocorrências verifica-se entre 1920

¹⁹ Cf. Felgueiras, Margarida Louro, op. cit., para uma análise mais detalhada.

²⁰ Este condicionamento advém da própria forma como eram produzidos os documentos, havendo diferenças notórias no tipo de informações que eram registadas nas certidões do registo civil, de localidade para localidade.

e 1940. Estes dados parecem de acordo com o calendário de casamento masculino, em meio burguês, identificado para o Porto:

casamento masculino mais tardio, a coincidência entre o casamento e o início da vida conjugal, uma grande proporção de casamentos em que o noivo é mais velho que a noiva, um espaço mais vasto de selecção do cônjuge e uma menor propensão para o recasamento feminino²¹.

Encontram-se entre as professoras algumas que escolhem cônjuge com uma grande diferença de idade, o que por vezes pode ter ocasionado problemas passionais, chegando até ao assassinato.²²

Relativamente à dimensão das famílias registámos 3.191 casos em que estão indicados o número de irmãos da/o candidata/o. Considerando os dados globalmente (Quadro 1) verificamos que 66,9% destas famílias têm três ou menos filhos e 81,5% têm quatro ou menos. Aparecem ainda 15,2% de famílias com cinco a sete filhos. As famílias com mais de oito e até catorze filhos representam ainda 3,3% do total. Na distribuição entre Norte e Sul verifica-se que as famílias com três ou menos filhos são mais numerosas a Sul, representando 34,0% enquanto no Norte são apenas 28,4%. Esta relação altera-se quando consideramos famílias com cinco a sete filhos: o Norte passa a apresentar 46,7% contra 43% do Sul e a diferença é mais notória se considerarmos até catorze filhos. Ou seja, com cinco ou mais filhos o Norte tem 12,4% de famílias enquanto no Sul se encontram apenas 4,9%. O mesmo se verifica entre o litoral e o interior²³. Note-se que se agregou famílias de épocas diferentes, pelo que passamos a analisar a evolução por décadas²⁴.

²¹ Pereira, G.M.; *Famílias Portuenses na Viragem do Século (1880-1910)*. Porto, Afrontamento, 1995, p. 265.

²² Foi o caso de uma professora do concelho de Penalva do Castelo, distrito de Viseu, que na década de 30 foi assassinada pelo marido, suicidando-se ele de seguida. O marido tinha uma diferença de idade de 13 anos. Cf. Secção Feminina do Porto. *Processos de Admissão 1936*.

²³ Há sempre que ter em conta que quer o Norte quer o litoral têm maior número de famílias a candidatar-se ao Instituto.

²⁴ Na caracterização das famílias tivemos em conta os cálculos da mediana (Me) e pelo nono decil (D9) dada a assimetria dos tamanhos das famílias.

Quadro 1: Número total de irmãos por zonas (Norte, Sul e Ilhas)

Número Total Irmãos	Zonas								Total Irmãos	% Total
	1		2		3		Desc.			
	Nº Irmãos	% Total	Nº Irmãos	% Total	Nº Irmãos	% Total	Nº Irmãos	% Total		
0	173	5,4%	226	7,1%	11	0,3%	14	0,4%	424	13,3%
1	370	11,6%	547	17,1%	34	1,1%	28	0,9%	979	30,7%
2	365	11,4%	314	9,8%	41	1,3%	11	0,3%	731	22,9%
3	269	8,4%	151	4,7%	30	0,9%	18	0,6%	468	14,7%
4	166	5,2%	77	2,4%	20	0,6%	2	0,1%	265	8,3%
5	94	2,9%	46	1,4%	4	0,1%	3	0,1%	147	4,6%
6	55	1,7%	17	0,5%			1	0,0%	73	2,3%
7	30	0,9%	7	0,2%	4	0,1%	1	0,0%	42	1,3%
8	21	0,7%	8	0,3%					29	0,9%
9	14	0,4%	1	0,0%	1	0,0%			16	0,5%
10	8	0,3%							8	0,3%
11	5	0,2%	2	0,1%					7	0,2%
12	1	0,0%							1	0,0%
13	1	0,0%							1	0,0%
Total	1572	49,3%	1396	43,7%	145	4,5%	78	2,4%	3191	100,0%

Fonte: A autora.

Quadro 2: Mediana e D9 do n. de irmãos por décadas

Décadas Séc.XX	Mediana	D9
2	3	7
3	2	5
4	2	5
5	2	4
6	2	4
7	2	4
8	1	3

Fonte: A autora.

Assim, nas décadas de trinta a setenta, 50% das famílias têm dois filhos ou mais. Este número reduz-se a um na década de 80 e era de três na de 20. Mais notável é que 10% das famílias tinham sete filhos ou mais na década de 20, que passaram a 5 nas décadas de 30 e 40, reduzindo a 4 até à década de 70 e finalmente a 3 na década de 80 (Quadro 3).

Quadro 3: Número total de irmãos por zonas (Litoral, Interior e Ilhas)

Número Total Irmãos	Zonas								Total Irmãos	% Total
	1		2		3		Desc.			
	Nº Irmãos	% Total	Nº Irmãos	% Total	Nº Irmãos	% Total	Nº Irmãos	% Total		
0	249	7,8%	150	4,7%	11	0,3%	14	0,4%	424	13,3%
1	542	17,0%	375	11,8%	34	1,1%	28	0,9%	979	30,7%
2	364	11,4%	315	9,9%	41	1,3%	11	0,3%	731	22,9%
3	225	7,1%	195	6,1%	30	0,9%	18	0,6%	468	14,7%
4	128	4,0%	115	3,6%	20	0,6%	2	0,1%	265	8,3%
5	72	2,3%	68	2,1%	4	0,1%	3	0,1%	147	4,6%
6	36	1,1%	36	1,1%			1	0,0%	73	2,3%
7	23	0,7%	14	0,4%	4	0,1%	1	0,0%	42	1,3%
8	11	0,3%	18	0,6%					29	0,9%
9	11	0,3%	4	0,1%	1	0,0%			16	0,5%
10	6	0,2%	2	0,1%					8	0,3%
11	3	0,1%	4	0,1%					7	0,2%
12			1	0,0%					1	0,0%
13	1	0,0%							1	0,0%
Total	1671	52,4%	1297	40,6%	145	4,5%	78	2,4%	3191	100,0%

Fonte: A autora.

Ao cruzar estes dados com as profissões de pai e de mãe verifica-se entre as mães domésticas ou não-professoras (categoria 9), a maior ocorrência de famílias com mais de dez filhos e no caso dos pais é entre os professores que se encontram casos de catorze filhos. Cruzando os pares de profissões dos cônjuges com o n.º de filhos observámos que é no conjunto domésticas ou não professoras/professor primário que encontramos os casos de mais de 10 filhos e a maior percentagem de famílias com cinco ou mais descendentes. Pelo contrário, nos casais de professores, acima de cinco filhos a percentagem é já insignificante, inferior a 1%.

Estes dados de algum modo corroboram a retórica associativa, que fazia referência à existência de famílias numerosas. Este é um conceito muito variável, significando mais de 7 filhos neste universo e na década de 20 enquanto na de 80, está referida a 3 descendentes. O que são valores elevados, pois estudos recentes indicam em 1989, para Portugal, um índice sintético de fecundidade de 1,5 filhos por mulher contra 3,14 em 1965. Os demógrafos advertem, contudo, que as taxas nacionais ocultam variações muito significativas conforme as regiões de um mesmo país²⁵. Ora no universo em estudo, até aos anos quarenta 10% das famílias tinham mais de 5 filhos, o que é uma percentagem significativa. Estes casos parecem ter funcionado como imagens fantasma, que os docentes sentiam necessidade de exorcizar, tanto mais que alimentavam a visão caricatural dos mestres. Mas de acordo com a lei, a preferência na admissão era dada a órfãos em que ambos eram professores ou a órfão de professor e progenitor sobrevivente não-professor. Presume-se que eram reconhecidas pelos pares como as situações mais graves²⁶. É no Norte e também no litoral que essas famílias têm algum peso numérico. Mesmo famílias com alguns rendimentos ficam em situação difícil dado o número de filhos. O caso seguinte é elucidativo a esse propósito: “tem 13 filhos vivos, todos legítimos, tendo ainda 8 a seu cargo”, e que “o seu ordenado e rendimentos particulares não são suficientes

²⁵ Dados extraídos de Guibert-Lantoine, Catherine; Monnier, Alain, “Conjoncture démographique”, in *Population*, 4, 1993, p. 1060-1063, apud Burguière, A., (dir.) *História da Família. O Ocidente: industrialização e urbanização*. Lisboa, Terramar, 1999, p. 24-28.

²⁶ Cf. Decreto n. 17.528 de 31 Out. 1929; Decreto n. 18.128, de 25 Mar. 1930.

para prover ao sustento e educação de todos eles”²⁷ (Aveiro, 1944).

Esta diferente composição das famílias irá reflectir-se nas características das Secções, mas de que não nos ocupamos agora.

Considerando o total das famílias elas apresentam-se maioritariamente como nucleares. Contudo, encontrámos 518 candidatos/as a cargo de familiares²⁸. Aparecem casos raros de referências a familiares a cargo e residindo no mesmo local. Esses familiares são pais idosos, geralmente a mãe - parentesco ascendente; tias e irmãs – parentesco lateral²⁹. É o caso de um professor da Chamusca, em 1916, que tinha a seu cargo a mãe, a candidata e outros irmãos mais novos, de quem a Junta de Paróquia atesta “que vivem só do vencimento desse professor e que são pobres”³⁰. Registámos 53 professores/as que afirmam ter familiares a cargo incluindo nestes o marido desempregado, irmãos à procura de emprego e ainda ascendentes e colaterais. Mas encontramos também relações de parentesco e auxílio, inerentes a agregados familiares alargados, que não implicavam coabitação, como se pode ver no seguinte atestado da Junta de Freguesia:

a requerente é pobre, tem 4 filhos menores a seu cargo, e está a ser ajudada por uma pessoa de família com uma pensão de 500\$00 mensais³¹. (Feira, 1953).

Ou na carta deste pai:

não lhe tendo ficado absolutamente nada de sua falecida mãe. Os livros, vestuário e alimentação, que tem gasto, tem sido fornecidos por pessoas de família embora pobres e pelos vizinhos e se o Director

²⁷ Arquivo da Secção Feminina do Porto. Processos de Admissão. Porcionistas, 1944, Aveiro, atestado da Junta.

²⁸ Esta podia ser uma estratégia para auxiliar um familiar nos estudos dos filhos, não estando realmente a cargo. Pode significar mais uma sobrevivência de traços da família alargada do que a sua existência.

²⁹ Cf. Pereira, G. M.; op. cit., p. 1108-111.

³⁰ Arquivo da Secção Feminina de Lisboa. Processos de Candidatura. Pasta P 1. Chamusca, 1916.

³¹ Arquivo da Secção Feminina do Porto. Processo de Admissão 1952, Pensionista. Atestado da Junta de Freguesia anexo ao processo da aluna. Feira, 195.

pode fazer a esmola de ele poder pagar menos do que o indicado no ofício e qual a quantia certa em cada mez, porque se não fosse muito, pedia uma subscrição pela família e pelos vizinhos que são muito amigos da criança (...) é mais uma esmola que tem certamente a juntar a tantas que já terá dispensado em proveito dos pobres orfãos do nosso Paiz³². (Valpaços, 1936).

Em algumas destas famílias verifica-se o abandono do lar por parte do pai, que deixa de compartilhar para a economia doméstica ficando os filhos desprovidos de apoios sociais, quando estes começaram a existir. São agregados conjugais simples com marido ausente, que, por vezes, se alargam aos ascendentes ou a laterais. A separação de facto não era considerada nesses casos. Algumas vezes estes casos parecem dar lugar a agregados familiares alargados, sob a direcção do avô, principalmente se a mulher abandonada não é professora. Não sabemos, contudo, se este tipo de entreajuda dava lugar a co-residência.

Das famílias requerentes tinham ambos os cônjuges vivos 78,2%, já não tinham um (21,8%) ou não tinham ambos (2,1%). É nos casais em que a mãe não era professora, e marido professor, ou em que o pai não era professor³³ e mãe professora, que se encontra maior incidência de orfandade de pai, e portanto uma estrutura familiar isolada. No segundo caso, registámos 3,6% de ocorrências, que mais do que duplicam a percentagem do primeiro (1,6%). Logo a seguir estão os casais em que ambos são professores com 1,5% de órfãos de pai e 1% de mãe. É também este grupo que apresenta maior percentagem de orfandade de ambos os progenitores³⁴. Observando a distribuição geográfica dos órfãos nota-se uma maior percentagem no litoral face ao interior.

No Norte a incidência ainda é maior (7,1%) relativamente aos pais mas no Sul é idêntica ao interior. Relativamente à orfandade

³² Arquivo da Secção Masculina de Lisboa. Pasta P 21. Processos de candidatura de 1942 (não admitidos). Contem pedidos de transferência de categoria e listas de candidatura. Valpaços, 1936, carta de 22 Jul. 1936.

³³ Nestes casos, embora não se saiba a profissão sabe-se que não eram professores, sendo as mães na maioria domésticas.

³⁴ Julgamos que esta maior percentagem se deve ao facto de ser esta situação a primeira na ordem de preferência dos candidatos, indicada na legislação.

Quadro 4: Número de órfãos por zonas (Norte, Sul e Ilhas)

Zonas										Total Nº Orfan- dade	Total da % do Total
Orfandade	1		2		3		Desc.				
	Nº Orfand.	% Total	Nº Orfand.	% Total	Nº Orfand.	% Total	Nº Orfand.	% Total			
Mãe e Pai	58	1,4%	27	0,6%	2	0,0%			87	2,1%	
Pai	297	7,1%	221	5,3%	28	0,7%	7	0,2%	553	13,2%	
Mãe e Pai	134	3,2%	129	3,1%	5	0,1%	2	0,0%	270	6,5%	
Pais Vivos	1385	33,2%	1573	37,7%	145	3,5%	161	3,9%	3264	78,2%	
Total	1874	44,9%	1950	46,7%	180	4,3%	170	4,1%	4174	100,0%	

Fonte: A autora.

de mãe ela é idêntica. A década de 30 é a que apresenta maior percentagem de orfandade (6,6%) seguida dos anos 20 e mantendo-se ainda elevada na década de 40. Este facto pode estar relacionado com a Primeira Guerra Mundial e com as diferentes lutas e levantamentos militares que se deram no país, assim como à pneumónica de 1918, à tuberculose e às precárias condições de vida dos professores. No caso das mães, identificaram-se ainda alguns casos de morte por parto, referenciados em qualquer das Secções e outros por aborto, que aparecem designados como morte por “septicémia”, “infecção puerperal”, etc.³⁵

Relativamente ao estado civil dos progenitores a maioria é casada (72,4%), seguida de viúvos/as com 18,6%. Os solteiros, ainda que sempre presentes, não tem expressão estatística e tendem a diminuir. Na década de 80, não se regista nenhum caso, sendo as décadas de 20 e 30 aquelas que registam mais casos. A Concordata em 1940 impedia o divórcio dos casamentos católicos e o código de conduta imposto aos professores exigia que o seu comportamento não fosse motivo de escândalo público mas sim modelo, segundo os padrões nacionalistas e católicos. Não é de estranhar que o número de divorciados sejam um número irrelevante e decrescente até à década de 60, o ponto mais baixo, tendendo a aumentar na de 70 e 80, sendo esta última equiparável à de 40. Nas famílias estudadas, os dados indicam que a maioria dos cônjuges se mantêm no estado de viúvos³⁶.

No caso dos pais viúvos, os filhos/as são algumas vezes dispersos por outras pessoas de família, que os ajudam a criar³⁷. Vivendo por

³⁵ Cf. para casos de morte por parto, Arquivo Secção Feminina do Porto, Processos 1936, “Educandas que saíram em 1945”; Processo de 1952, semi-porcionista; Processo de 1949; Arquivo da Secção Masculina, Processo de 1926, Pasta P 0, 1927. Para o aborto como causa de morte provável ver Arquivo Secção Feminina de Lisboa, Pasta n. 1 Documentos de alunas de 1916, 17, e 19; Arquivo Secção Feminina Porto, Processos de 1939 e Arquivo Secção Masculina, Processos de 1926 e 1930. Nestas pastas encontram-se alguns atestados que nos permitem conhecer as causas de morte.

³⁶ Contudo há pelo menos um caso referenciado e já citado supra, em que Amália Luazes detecta falsas declarações de uma mãe viúva e que se tornara a casar, sem contudo o indicar nos documentos de candidatura da filha. Será de prever que outros casos também pudessem ter ocorrido.

³⁷ Era o caso do professor do concelho de Anadia. As filhas encontravam-se dispersas por outros familiares que viviam noutros concelhos: Ílhavo, donde era natural e Lisboa. Cf. Arquivo da Secção Feminina do Porto. Processos de Admissão. Processos 1/17 1930-31; 14/18 de 1931-32; 9/18 de 1929-30. Contém carta de 1930.

vezes muito afastadas, a entrada no Instituto aparecia como um meio de reagrupamento dos irmãos ou irmãs. O que parece confirmar impreparação e relativa dificuldade dos homens para cuidarem da vida familiar³⁸, de acordo com o que eram tradicionalmente a educação e a divisão de papéis masculinos e femininos no lar e na sociedade.

³⁸ Cf. a este propósito Pereira, G.M.; op. cit., p. 253-257, em que relaciona o recasamento dos homens com a incapacidade de viverem isolados.

Quadro 4. A: Número de orfãos por estado civil dos pais

Estado Civil dos Pais													Total Nº Or- fan- dade	Total da % do Total
	Casados		Solteira(o)		Divorciada(o)		Viúva(o)		Desc.					
	Nº Orfand.	% Total	Nº Orfand.	% Total	Nº Orfand.	% Total	Nº Orfand.	% Total	Nº Orfand.	% Total				
Orfandade														
Mãe e Pai			1	0,0%							86	2,1%	87	2,1%
Pai	9	0,2%	17	0,4%	1	0,0%	525	12,6%	1	0,0%			553	13,2%
Mãe	16	0,4%	4	0,1%			250	6,0%					270	6,5%
Pais Vivos	2999	71,8%	11	0,3%	99	2,4%					155	3,7%	3264	78,2%
Total	3024	72,4%	33	0,8%	100	2,4%	775	18,6%	242	5,8%			4174	100,0%

Fonte: A autora.

4. Recursos económicos das famílias

Um aspecto que chama a atenção é a existência de atestados de pobreza apresentados não por indigentes mas por professores e professoras em exercício. A lei previa a apresentação desses atestados para justificar a pretensão à categoria de pensionista – aluna/o interna/o que não pagava mensalidade e ainda lhes eram fornecidos o enxoval, os livros, além de ter pagas todas as despesas pessoais. Seria natural que famílias em que um ou ambos os progenitores tivessem perecido se candidatassem a pensionistas, assim como famílias numerosas. Não seria de esperar que professores no activo fossem apresentados como pobres, ainda que os próprios se pudessem dizer ou falar das dificuldades em educar os filhos. Registámos as indicações de apresentação ou ausência dos atestados de pobreza e obtivemos 2.993 ocorrências, das quais 261 são declarações afirmativas de pobreza, representando 8,7% das famílias sobre que há referências (Ver Quadro n.º 5). Registámos ainda um conjunto de afirmações feitas pelos professores/as ou por outras entidades sobre as dificuldades financeiras dos mestres de instrução primária. Estes dados permitem, juntamente com outros, analisar o evoluir das condições económicas dos docentes de instrução primária, que recorreram ao Instituto. Ainda que se possa pôr em dúvida a isenção de alguns destes documentos, uma vez que o professor/a era uma pessoa respeitada no local onde vivia e trabalhava, sendo a maior parte das vezes o detentor do grau de instrução mais elevado, ajudava algumas vezes a redigir documentos e poderia influenciar o seu teor, o facto é que alguns daqueles por nós observados são passados por mais que uma entidade, não sendo possível pensar, para a maioria dos casos, numa influência onnipresente do/a professor/a primário/a. Encontramos atestados passados pelo administrador do concelho, pelas repartições de finanças e também pelo superior hierárquico - delegado ou mesmo inspetor escolar, comprovando a pobreza ou a impossibilidade de poderem educar os filhos/as por viverem só dos seus vencimentos. Algumas declarações dos professores suscitaram dúvidas quanto à sua veracidade, como se prova com dois casos que Amália Luazes manda averiguar³⁹. É provável

³⁹ Cf. Pasta de Correspondência Expedida 1 - Caderno 1927; of. N. 75 de 2 de Set. 1928. Pasta n.º 9. Escrituração e correspondência do ano económico 1930/31.

que outros tenham existido sem serem conhecidos das direcções ou sem terem sido sujeitos a uma análise tão rigorosa por parte destas.

4.1 Pobreza e dificuldades económicas

Analizando a distribuição temporal e geográfica destes atestados verifica-se a sua maior incidência nas décadas de 20 e 30, diminuindo bruscamente em 40 para progressivamente deixarem de ter expressão. É sobretudo no Norte e no litoral que se regista a percentagem mais elevada de atestados de pobreza (5,3% e 4,5%).

Quadro 5: Atestados de pobreza por zonas (Norte, Sul e Ilhas)

Zonas									Total Ates- tados Pobre- za	Total da % do Total
	1		2		3		Desc.			
Ates- tado Pobre- za	Nº Atest.	% Total	Nº Atest.	% Total	Nº Atest.	% Total	Nº Atest.	% Total		
Sim	160	5,3%	86	2,9%	13	0,4%	2	0,1%	261	8,7%
Não	1417	47,3%	1143	38,2%	133	4,4%	39	1,3%	2732	91,3%
Total	1577	52,7%	1229	41,1%	146	4,9%	41	1,4%	2993	100,0%

Fonte: A autora.

A que se deverá esta diminuição brusca de afirmações de pobreza? A melhores condições de vida? A um maior rigor na comprovação dos rendimentos? À diminuição do número de filhos?

Sem dúvida que o desenvolvimento da burocracia do Estado foi acompanhada por um maior controlo dos rendimentos dos contribuintes, em particular dos trabalhadores por conta de outrem. Vão surgindo impressos e sendo exigidas declarações das Finanças muito precisas e não dependentes da interpretação do funcionário. Este processo de normalização de procedimentos burocráticos terá implicado mais rigor nas informações e restringido o próprio conceito de pobre, o que pode ter feito diminuir a apresentação dos atestados de pobreza.

Relativamente à última hipótese o que se observa é o progressivo aumento da percentagem de atestados com o aumento do número de

filhos. Se com quatro filhos é de 9,3% com 6 já é de 16,5% e com nove a percentagem de apresentação de atestados é de 38,1%⁴⁰. Parece haver uma correlação entre a pobreza e o número de filhos, mais do que com a profissão do cônjuge. O quase desaparecimento destes atestados entre os anos 60 e 70 corresponde, também, ao menor número de filhos por família concorrente e, nos anos 80, deve relacionar-se com a melhoria do estatuto sócio-económico dos docentes. Como vimos acima, as famílias com cinco ou mais filhos situam-se predominantemente a Norte, a que corresponde a maior percentagem de atestados de pobreza. Outro factor associado é o falecimento dos progenitores, uma vez que 41% dos atestados são apresentados por famílias sem pai e 19,5 % sem mãe. Apresentamos o exemplo de uma professora viúva, de Barcelos, em 1970, cuja declaração da Junta tem exarado:

vive na situação económica de pobre, visto os seus rendimentos serem insuficientes para prover à sua subsistência e à dos seus 10 filhos menores.⁴¹

Considerando as profissões do par conjugal, os casais de professores (13%) estão entre aqueles que apresentam mais atestados de pobreza, o que parece confirmar a existência de um estrato de docentes vivendo extremamente carenciados. O par mãe professora e marido patrão agrícola, do comércio e indústria tem a maior incidência (14,8%). A categoria que agrupa as profissões do cônjuge em patrões é muito heterogênea, podendo abranger um leque muito grande de situações. Fazendo referência à posse dos meios de produção não informa sobre os rendimentos que deles possa tirar nem da qualidade desses meios. Não tem em conta também as habilitações académicas ou profissionais. Pode cair nesta categoria desde o pequeno proprietário agrícola, que trabalha uma pequena courela como o grande terratenente. O mesmo se poderá dizer do comércio ou da indústria⁴².

⁴⁰ Cf. Felgueiras, Margarida Louro, op. cit, Anexo 1, Quadro n. 21. CD-Rom. Anexos

⁴¹ Arquivo da Secção Feminina do Porto. Processos de Admissão – Semi-Porcionistas, 1970; com o n.º 25. Barcelos, 1970.

⁴² Optámos por incluir nesta categoria a profissão de proprietário mas incluímos as referências a lavrador na categoria 3, uma vez que lavrador designa um pequeno

Há muitos casos em que são os professores/as que manifestam as suas dificuldades económicas através de declarações notariais, em cartas ou no próprio requerimento. Foi uma prática muito corrente dos anos 20 aos 50, diminuindo a partir daí mas sempre presente até aos anos 70. Só a partir dos anos 80 parece ter havido uma modificação nas condições de vida das famílias que se candidatavam. Pensamos que de um modo geral os documentos comprovam uma situação real de pobreza, até com um certo ar de evidência, que não necessita de demonstração, quando a família é numerosa, um dos progenitores falecido, idoso ou incapacitado para o trabalho. Como súmula de argumentos, as declarações finalizam a enumeração dos quesitos com a afirmação “que é professor”. O que parece significar: como sabem; não vale a pena dizer mais ou está tudo dito.

Conforme visto acima, para famílias numerosas e monoparentais parece ser comum uma situação precária, que impossibilita a instrução dos filhos e filhas, uma vez que acarretava despesas de transporte, pagamento de uma pensão na cidade e outros gastos, que os vencimentos dos/as professores/as não suportavam. Uma professora, viúva, com dívidas devido a doença prolongada do marido, refere ter uma filha de 4 anos e uma irmã a cargo e viver apenas do vencimento. Escreve “não poder pagar uma pensão de 300\$00, ou transporte diário em comboio ou camionete ainda sai mais caro, pois apenas vivo do meu ordenado e com bastantes encargos a satisfazer”⁴³.

O próprio processo de candidatura, exigindo atestados médicos, diplomas, declarações e requerimento em papel selado era já um obstáculo para muitos, pelas deslocações e gastos que ocasionava. Os encargos com a educação de um filho significam, para muitos, na década de 30 e 40, metade do vencimento. Algumas vezes, os mestres de distintas zonas do país invocam as despesas com a alimentação para demonstrar a exiguidade do vencimento:

[...]não podendo por absoluta falta de meios custear as despesas em qualquer estabelecimento de ensino de mais do que um de seus filhos o

proprietário que trabalha ele próprio as suas terras e nalguns casos trabalha para terceiros, o que aproxima estes casos dos artífices ou dos trabalhadores qualificados.

⁴³ Arquivo da Secção Masculina. Processos de Admissão. Pasta P 7, 1934. Contém duas cartas em papel de luto. Carta de 6 de Agosto, Lagos, 1934.

que já está fazendo com grande sacrifício para si e para os seus por isso lhe absorver mais de metade do seu vencimento [...]”⁴⁴ (Meda, 1932).

enquanto outras professoras, já em 1941, falam da

grande crise da vida actual e do seu pequeno vencimento, pois tem apenas a 1ª diuturnidade, mal lhe chegando para custear as despesas de alimentação da sua família (três filhas em idade escolar).⁴⁵

e outros de diferentes décadas:

Deus permita que ele seja admitido, pois doutra forma o futuro da pobre criança, ficará talvez inutilizado para sempre (...) já no ano passado, por me não ser possível conseguir-lhe o enxoval, ficou sem fazer exame, pois a minha vida tem sido tão atormentada de doenças que nada mais pude fazer a favor do futuro do meu filho que continuará ameaçado se não for admitido (...).⁴⁶ (Lousada, 1948).

viver apenas dos seus vencimentos e, portanto, sem meios suficientes para a educação de seus filhos em qualquer outro estabelecimento de ensino⁴⁷. (Sabugal, 1950).

ter sido gravemente atingida pelas inundações de Novembro de 1967 e não tendo recebido qualquer subsídio, encontra-se em difícil situação financeira”⁴⁸. (Alenquer, 1968).

⁴⁴ Arquivo da Secção Feminina do Porto. Processos de Admissão 1932. Requerimento apresentado por uma professora de Meda, 1932.

⁴⁵ Arquivo da Secção Masculina de Lisboa. Pasta P.19. Processos de Candidatura 1941-42. Admitidos. Requerimento apresentado por uma professora de Loulé, 1941.

⁴⁶ Idem. Processos de Candidatura, 1948. Pasta P 29. Carta da professora apensa ao processo do filho Lousada, 1948.

⁴⁷ Idem, Processos de Candidatura, 1950. Pasta P 36. Sabugal 1950.

⁸⁸ Arquivo da Secção Feminina de Lisboa. Processo de candidatura de alunas saídas nos anos de 1973-1974 a 1974-75. Pasta PN 4. Contém carta. Lisboa, 1969.

⁴⁸ Arquivo da Secção Feminina de Lisboa. Documentos de alunas saídas nos anos lectivos 1977-1978 e 1978-79. Pasta PN 7. Contém carta. Alenquer, 1968.

Tendo em conta os dados recolhidos por Salgado Sampaio⁴⁹ sobre os ordenados dos professores em 1930, um docente sem diuturnidades auferia 644\$00 ilíquidos mensais e 659\$00 com a primeira diuturnidade. Os vencimentos, que também encontramos declarados, muitas vezes como valor líquido, oscilavam entre os 593\$00 e os 617\$00 para o período de 1930-1936, mostram que as afirmações dos mestres não eram exageradas. Uma pensão de 300\$00 significava de facto metade do ordenado, ou mesmo mais, conforme a situação na carreira.

Este tipo de afirmação das dificuldades económicas encontramos-a desde os primeiros anos do Instituto até meados da década de 70, oriundas de qualquer zona do país e cujos pormenores confirmam que os filhos/as mantinham no ano seguinte apenas o exame de segundo grau, prova de que não puderam continuar a estudar, o que confirma a débil condição económica da família. Todos estes testemunhos e muitos outros, que poderíamos transcrever, dados pelos próprios professores, de todos os pontos do país, demonstram a importância que o Instituto revestia para este grupo sócio-profissional, devido às dificuldades económicas com que aqueles se debatiam e aos encargos financeiros que instruir um/a filho/a envolvia. Revelam também a constância dos argumentos e da realidade que os sustinha, confirmados ambos em declarações de juntas de freguesia, inspectores ou delegados escolares.

A situação de pobreza das famílias é também manifestada pelo primeiro director, Albino Pereira Magno ao pedir que os exames sejam feitos no próprio Instituto, como sucedia noutras instituições, com estas palavras: “E depois os alunos da Casa Pia e do Asilo Maria Pia têm fardamento próprio, o que não sucede com os nossos, que na sua maioria não têm sequer fato com que se possam apresentar dignamente”.⁵⁰ Nas cartas, que aparecem anexas aos processos de candidatura, também se manifesta a escassez de meios, que não permite às mães mandar todo o enxoval; nelas informam que enviam alguma roupa, “única de que posso

⁴⁹ Cf. Sampaio, J. S., *O Ensino Primário 1911-1969*. v. II, p. 187 a 203.

⁵⁰ Arquivo da Secção Masculina de Lisboa. Pasta 1. Correspondência Expedida. De 1 de Agosto de 1927 a Julho de 1928. Ofício n.º 178 de 22 Jun. 1928.

dispor”⁵¹. Transcrevemos alguns casos em que os pais ou familiares se queixavam do pesado encargo que era as despesas com o enxoval exigido:

(...) deixando-me e a quatro irmãos na extrema miséria sem um único Monte-pio e em tenra idade (...) vivemos pobremente trabalhando a mais das nossas forças no bordado, hoje tão desvalorizado, para nos manter-mos (...) seria admitido nesse Instituto gratuitamente (...) para nós constituiria uma felicidade. **Para o seu enxoval promovemos uma subscrição entre pessoas amigas** (...) Visto não termos outros meios nem outra pessoa a quem recorrer, ficamos na esperança de que V. Excia. seja de futuro o nosso segundo pai, o nosso protector, e que para o próximo ano promova todos os meios ao seu alcance para que o meu pobre irmão seja internado⁵² (Machico, 1934).

O arranjo do enxoval é mesmo motivo de atraso na entrada para o Instituto e as despesas com o transporte são igualmente motivo de preocupação como afirma este tio em 1927:

enormes tem sido **as dificuldades com que tenho lutado para a aquisição do enxoval** (...) se na data da entrada ainda não tiver vencido todas as dificuldades, porque V. Ex^a compreende que, **para o conduzir a Lisboa é necessário fazer grandes despesas**, rogo a subida fineza de, sendo possível, reservar-lhe o lugar por mais algum tempo⁵³ (Amarante, 1927).

Há ainda as situações extremas, no caso de orfandade, em que a população se quotiza para comprar o enxoval e pagar as viagens ao filho do ex-professor, para que ele possa frequentar o Instituto. São casos raros mas expressivos da pobreza de quem recebe e de quem dá. Datam da década de 30. Refiro um caso em que foi feita uma “Subscrição para compra do enxoval a favor do órfão do professor Joaquim Dias, para o seu internamento

⁵¹ Secção Feminina de Lisboa. Pasta n. 1 - Documentação de alunas admitidas nos anos de 1916, 17 e 19. Processo de 1919, carta anexa, Guarda, 1921. [ficha L0085].

⁵² Cf. Arquivo da Secção Masculina. Pasta 7, Processos de Admissão, 1934. Carta dirigida ao Director do Instituto, em 29 de Agosto de 1934 e junto ao processo de admissão de 1934.

⁵³ Arquivo da Secção Masculina. Pasta P 41. Processos de admissão de 1927.

no Instituto do professorado primário oficial”.⁵⁴ Idanha-a-Nova, 1930.

Outras vezes são os próprios pais que desistem do ingresso dos filhos, por não poderem pagar a mensalidade da categoria atribuída, explicando-o por carta, como no caso seguinte:

não posso por forma alguma aceitar o internamento do meu filho como porcionista, devido ao meu estado financeiro muito precário. (...) Peço a V. Excia. que conservem na memória o pedido deste infeliz transmontano, a fim de admitir o meu filho Joaquim, no Instituto, para o ano de 1935. (...) Admitindo-mo nesta categoria, praticaria V. Excia. um elevado acto de justiça ⁵⁵ (Vila Pouca de Aguiar, 1934).

Revelador é ainda a frequente situação de atraso no pagamento das mensalidades e a dificuldade que as direcções encontravam na sua cobrança, ao longo do ano lectivo, em qualquer das secções, até aos anos 70, o que levava, em última instância, ao desconto directo no vencimento. Pode-se ler:

o regresso do seu filho em Outubro está dependente do pagamento integral de esc: 1652\$70 (...) até lá fica autorizada a pagar a mesma quantia nas prestações que entender (...) única concessão que se lhe pode fazer⁵⁶.

5. Procurando sintetizar

Os dados apresentados necessitam de ser cruzados com outros como o rendimento mensal familiar dos professores e professoras e com

⁵⁴ Arquivo da Secção Masculina. Pasta 3. Processos de Admissão – Ano 1930 –, n. 195. Encontra-se igualmente referência a uma subscrição em Valpaços, 1936. Pasta 15. Processos de Admissão 1939, Ano 1936, e no Machico, já citado.

⁵⁵ Arquivo da Secção Masculina. Pasta 7, Processos de Admissão 1934. Carta anexa, Vila Pouca de Aguiar, 1934.

⁵⁶ Secção Masculina de Lisboa. Pasta P 34. Concurso de 1948. Admitidos do n. 771 ao n. 791. Na Base de Dados ficha M 1123. Cf. ainda Pasta n. 47, Processos de admissão, 1962; Pasta P 18. Processos de candidatura do ano de 1941-1942. Alunos não admitidos; Pasta 3, Processos de Admissão Ano 1930. N. 195.

o par de profissões do casal. Não o poderemos fazer neste contexto por manifesta falta de espaço. Mas os elementos apresentados colocam-nos perante a um problema crucial na medida em que se repercute ao nível da docência, como considerava Salvado Sampaio⁵⁷. Permitem-nos também entender a situação do professorado rural integrado nos limites de uma vida rural isolada, de extrema pobreza, sem perspectivas, onde a instrução minimalista servia sobretudo para tentar a sorte na emigração ou nas cidades do litoral. Professoras e professores a custo conseguiam manter ou melhorar o nível cultural dos filhos, vivendo isolados do contacto com a cidade, sem organismos associativos, sem revistas pedagógicas, sem formação. Neste contexto, de contínua vigilância, poderemos dizer que se assistiu a uma ruralização progressiva do professorado primário, expresso no seu modo de viver, nos seus interesses, condições de vida e mundividência. Tendo-se feminizado de forma esmagadora a profissão, podemos considerar que as professoras terão sido de algum modo modelo para as restantes raparigas, na busca de alguma autonomia.

Data de registro: 17/05/2013

Data de aceite: 08/07/2013

⁵⁷ Sampaio, J. S. O Ensino Primário 1911-1969. Contribuição monográfica. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Instituto Gulbenkian de Ciência, 1975-1977, v. I, p. 135-142; v. II, p. 187-204; v. III, p.121-134.